

DIREÇÃO-GERAL DO CONSUMIDOR

Processo nº. 37/ DGC / 2013

Fato de fantasia para criança - “Bruxa/Ref. 98335”
(045PT - 0014E0351P12)

DELIBERAÇÃO

PRODUTO		
1.	Categoria de produtos	Brinquedos
2.	Denominação do produto	Fato de fantasia “Bruxa”
3.	Código e lote	Código de barras EAN 84222593983354 Ref. 98335
4.	Marca	ATOSA
5.	Características do produto / da categoria de produtos	Fato de fantasia “Bruxa”, apresentando-se predominantemente nas cores preta e cinzenta. Composição: 100% Poliéster. Possui a marcação CE.
6.	Público a que se destina	Destina-se a crianças com mais de 3 anos de idade.
ENQUADRAMENTO LEGAL OU NORMATIVO		
7.	Legislação relevante	<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n.º 43/2011, de 24 de março; Decreto-Lei n.º 69/2005, de 17 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 38/2012, de 10 de abril.
8.	Regulamentos/ Normas aplicáveis ao produto	<ul style="list-style-type: none"> Regulamento (CE) n.º 1907/2006 (<i>Reach</i>), Anexo XVII, ponto 43 (Corantes azoicos-aminas aromáticas); EN 71-2:2011 – Segurança de brinquedos – Parte 2: Inflamabilidade.
AGENTES ECONÓMICOS		
9.	Origem/ Identificação do fabricante	<p>Fabricado na China.</p> <p>Identificação do fabricante: Não identificado.</p> <p>Importadores identificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ángel Tomás, SA., Ctra., Benferri, km 1,5, 30140 Murcia, Espanha; Atosa France, SA., 116 Route d’ Espagne, Bâtiment Hélios 3 – n.º 328, 31100 Toulouse, França.
10.	Identificação do distribuidor	Não identificado.

11.	Forma de comercialização/ canal de distribuição	Venda a retalho. Retalhista identificado: Weilly International Trade, Lda., Rua João Pedro Ribeiro, 689, 4000-307 Porto.
DILIGÊNCIAS EFETUADAS		
12.	Exames ou perícias e pareceres efetuados, com indicação da entidade responsável e respetivas conclusões	<p>No âmbito de uma ação comunitária conjunta de vigilância de mercado (referida no ponto 19. desta deliberação), o produto foi ensaiado pelo <i>Istituto Italiano Sicurezza Giocattoli</i> (IISG), de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Regulamento (CE) n.º 1907/2006 (<i>Reach</i>), Anexo XVII, ponto 43 (Corantes azoicos-aminas aromáticas); • A norma EN 71-2:2011 – Segurança de brinquedos – Parte 2: Inflamabilidade. <p><u>O IISG remeteu o relatório de ensaios n.º. 13.1882, de 23 de janeiro de 2013, onde refere que não foram detetadas “não conformidades” no produto em apreço, relativamente ao Ponto 43 (Corantes azoicos-aminas aromáticas) do Regulamento (CE) n.º 1907/2006;</u></p> <p><u>O relatório de ensaios refere, ainda, que o produto cumpre o previsto na norma EN 71-2:2011 – <i>Safety of toys – Part 2: Flammability</i>¹, ponto 4.3 “<i>Toy disguise costumes and toys intended to be worn by a child in play</i>”.</u></p>
13.	Medidas já adotadas	
14.	Não conformidades	
15.	Riscos	
16.	Acidentes ou incidentes registados	Não se tem conhecimento.
OUTRAS INFORMAÇÕES		
17.	Entidade que suscitou a questão da perigosidade	No âmbito da ação comunitária conjunta de vigilância de mercado, referida no ponto 19. desta deliberação, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica procedeu à colheita do produto no mercado.
18.	Avaliação de risco	
19.	Observações complementares	<p>Está em curso uma ação comunitária conjunta de vigilância do mercado sobre “Fatos de fantasia para criança”, apoiada financeiramente pela Comissão Europeia e que conta com a participação da Grécia, Holanda, Letónia, Eslovénia e Portugal. A coordenação desta ação é assegurada, a nível nacional, pela Direção-Geral do Consumidor, participando também a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.</p> <p>É dispensada a realização da audiência de interessados, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo, tendo em conta que os elementos constantes do procedimento são favoráveis ao operador económico, enquanto parte interessada no processo.</p>

¹ Norma sobre a Segurança de Brinquedos – Parte 2, Inflamabilidade

DELIBERAÇÃO

20.		<p>Tendo em conta os pontos acima mencionados e, porque cumpre salvaguardar a saúde e a segurança dos consumidores, permitindo apenas que circulem no mercado produtos seguros, ou seja, produtos que, em condições de uso normal ou razoavelmente previsível, não apresentem quaisquer riscos ou apresentem apenas riscos reduzidos, compatíveis com a sua utilização e considerados aceitáveis de acordo com um nível elevado de proteção da saúde e segurança dos consumidores, a Direção-Geral do Consumidor delibera:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Dispensar a realização da audiência de interessados, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo, dado que os elementos constantes da deliberação são favoráveis ao operador económico, enquanto parte interessada no processo;b) Proceder ao arquivamento do presente processo, salvaguardando-se a sua reabertura caso sejam apresentados novos elementos, atendendo a que nos ensaios efetuados não foram detetadas não conformidades suscetíveis de colocar em risco a saúde e segurança dos consumidores;c) Comunicar o teor da presente deliberação ao operador económico - Weilly International Trade, Lda., Rua João Pedro Ribeiro, 689, 4000-307 Porto;d) Comunicar o teor da presente deliberação à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, à Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma dos Açores e à Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma da Madeira;e) Tornar pública a presente deliberação.
21.	Data	18 de abril de 2013